

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

Pejotização ameaça proteção social, diz Luiz Marinho

Vamos falar de emprego e garantias previdenciárias para trabalhadores sem carteira assinada? Parece bobagem contribuir para o INSS todo mês, mas é isso que garante para microempreendedores individuais (MEI) e pessoas que trabalham como Pessoa Jurídica (PJ) a certeza de que, em caso de acidente terá alguma renda para se manter no período que estiver afastado (a). A con-

tribuição para o INSS é diferente para MEIs e PJs. MEIs pagam 5% do salário mínimo vigente, mais R\$1 de ICMS (comércio/indústria) ou R\$ 5 de ISS (serviços). Já a contribuição de PJ é calculada sobre o pró-labore, com alíquota de 11% sobre o valor, limitada ao teto.

A simplificação tributária desses trabalhadores, no entanto, pode comprometer a proteção social.

Arrecadação

O ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho avalia que ao substituir vínculos formais por contratos de prestação cia CNPJ a arrecadação de fundos essenciais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o FGTS, o Sistema S e a Previdência Social, cai.

Precarização

A pejotização fragiliza a rede de direitos trabalhistas construída ao longo de décadas, retirando férias remuneradas, 13º salário, licença-maternidade, diz o ministro. Segundo ele, a prática integra um processo mais amplo de precarização das relações de trabalho.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Seguro-defeso: regras do benefício podem mudar

O endurecimento das regras para a obtenção do seguro-defeso pode ser revisto, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em audiência na comissão mista do Congresso que discute a medida provisória alternativa à elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o ministro reagiu

a críticas de parlamentares sobre as propostas sobre o auxílio pago a pescadores no período de reprodução dos peixes. “Estou muito sensibilizado com as falas. Não há nenhum problema em aperfeiçoar o texto”, disse Haddad, após pedidos de parlamentares de diversos partidos para flexibilizar as mudanças.

Fraudes

O ministro destacou que as mudanças foram discutidas com outras pastas do governo federal e disse que auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) alertaram sobre fraudes na concessão do benefício, que equivale a um seguro-desemprego em alguns meses do ano.

BNDES I

O BNDES alcançou R\$ 10 bilhões em aprovações de crédito do Plano Safra 2025/2026. Os recursos começaram a ser disponibilizados em 17 de julho. A aprovação de crédito envolveu recursos de programas do agro e R\$ 812 milhões do BNDES Crédito Rural.

MP 1303

A Medida Provisória 1.303/2025 endurece as regras de concessão do seguro-defeso ao exigir a homologação do registro de pescador pela prefeitura e limita o gasto anual com o benefício para os pescadores ao valor definido na sanção do Orçamento.

BNDES II

Integram os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF): Pronaf, Pronamp, Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).



MP foi enviada ao Congresso em abril e aprovada pelas duas Casas e espera sanção

Servidores do INSS vão receber bônus para reduzir a fila

Gratificação extra será de R\$ 68 e R\$ 75 (perícia)

Por Martha Imenes

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Perícia Médica Federal (PMF) vão receber - mais uma vez - bônus para acelerar as análises de requerimentos. Após quatro meses de tramitação no Congresso Nacional, na terça-feira o Senado aprovou a Medida Provisória 1296, de 15 de abril de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios visando dar conta de uma fila virtual de 2,44 milhões de pessoas, segundo dados de junho do Portal da Transparência Previdenciária.

A iniciativa prevê dois tipos de pagamentos de bônus por processo finalizado (e não por atendimento): R\$ 68 para servidores do INSS e R\$ 75 por médico perito. A medida foi à sanção do presidente Lula.

O programa vai até 15 de abril de 2026, podendo ser prorrogado até o dia 31 de dezembro do próximo ano. Ele permite atividades extras para análise de requerimentos e revisões de benefícios.

A meta, segundo a MP, é atender casos com mais de 45 dias de espera, processos com prazos judiciais vencidos e avaliações sociais ligadas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O valor total a ser destinado a esses pagamentos não foi divulgado oficialmente, mas fontes avaliam que fique em R\$ 130 milhões por ano.

Também estão previstas perícias em locais sem oferta regular do serviço ou onde a espera ultrapassa 30 dias. Os atendimentos podem ocorrer fora do expediente, inclusive à noite e em fins de semana, para acelerar

a conclusão de pedidos.

O controle e o monitoramento das metas e a ordem de prioridade para a análise de processos e realização de perícias ainda deverão ser regulamentados pela Casa Civil e pelos Ministérios da Previdência e de Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

“A execução de atividades no âmbito do Programa de Gerenciamento de Benefícios não poderá afetar a regularidade dos atendimentos e dos agendamentos nas agências da Previdência Social”, pontua a MP.

Atualmente, o INSS tem 19.344 servidores. Desse quantitativo, 9.619 estão em trabalho presencial, outros 6.437 em trabalho remoto, e 937 em semipresencial (híbrido). Já o Departamento de Perícia Médica Federal tem, cerca de 3,2 mil servidores.

1,08 milhão de solicitações em junho

O INSS recebe - em média - 1 milhão de pedidos por mês. O que impossibilita “zerar” a fila. Para se ter uma ideia, somente em junho 1,08 milhão de requerimentos foram feitos. O estoque (fila) naquele mês já estava em 2,44 milhões e, desse total 718.220, foram concedidos e 568.496 (44%) indeferidos.

O número de pedidos reiterados, isto é, quando uma mesma pessoa fez mais de um requerimento, foi destacado

pelo Ministério da Previdência Social e pelo INSS no final do ano passado.

Em dezembro de 2024, 302.881 pedidos de benefício foram repetidos. Ou seja, a pessoa entrou com uma solicitação no INSS, teve o pedido negado, mas mesmo assim pediu novamente o benefício ao instituto.

Outros casos verificados nesse contingente apontam segurados que deram entrada em pedido em auxílio-doença (in-

capacidade temporária) e, ao mesmo tempo, pediram aposentadoria por incapacidade.

Tem ainda aqueles que não se enquadram nas regras da Reforma da Previdência e, mesmo assim, pedem aposentadoria e os que não se enquadram nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dão entrada no requerimento. Essas ações impactam no número final do estoque.

Embora medidas tenham

Conheça os números de pedidos em estoque

Dos 2,44 milhões de pessoas à espera de algum tipo de benefício, os benefícios por incapacidade somam 48% da fila (1,18 milhão), as aposentadorias 13% (325 mil), os benefícios assistenciais e por legislação especial, respondem por 27% (658 mil), salário-maternidade e auxílio-reclusão por 6% (151 mil) e 5% (125 mil), respectivamente.

Os requerimentos com até 45 dias, ou seja, dentro do prazo legal, chegam a 182.376, no caso de assistenciais e BLE; na perícia médica são 346,738; dependem de ação no INSS, 449.385.

O tempo médio de concessão líquido - que depende exclusivamente de ação do INSS - está em 51 dias. Se colocar na conta os requerimentos que dependem de ação do segurado, como cumprimento de exigência, por exemplo, esse tempo médio (bruto) fica em 59 dias. Nos dois casos, líquido e bruto, estão acima do prazo legal de 45 dias

Folha

A folha de pagamentos do INSS no mês de junho, último dado disponível no Portal de Transparência Previdenciária, chegou a R\$ 82,79 bilhões líquidos (já descontado o IR de R\$ 616,03 mil).

Esse montante foi destinado ao pagamento de 34,5 milhões de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e 6,6 milhões de benefícios assistenciais e de legislação especial, totalizando 41,2 milhões de pessoas beneficiadas.

sido tomadas pelo ministério e pelo INSS ao longo dos últimos 2,5 anos, o recuo da fila ainda é pequeno.

Entre as medidas estão: nomeação de candidatos aprovados no concurso de 2022 (sendo 1.276 em 2023 e 2024 e 321 em 2025), simplificação da linguagem e do requerimento por meio eletrônico (Meu INSS), destinação de 500 servidores para compor uma força-tarefa para análises, entre outras.

Pelo 3º mês seguido, vendas no comércio recuam, aponta o IBGE

As vendas no comércio recuaram 0,1% na passagem de maio para junho. Esta é a terceira queda seguida registrada pela Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Somado aos dois resultados anteriores no campo negativo (-0,4% em maio e -0,3% em abril), o setor apresenta recuo de 0,8% em relação ao patamar de março deste ano, o mais alto já registrado pela série histórica do IBGE.

No primeiro semestre, o comércio brasileiro acumula expansão de 1,8%. Já em 12 meses, soma 2,7%. Em comparação com junho de 2024 houve crescimento de 0,3%.

De acordo com o gerente da pesquisa Cristiano dos Santos, o movimento dos três últimos meses é considerado estabilizada com tendência de baixa.



No primeiro semestre, comércio acumula expansão de 1,8%

“No geral, nesse primeiro semestre, a gente tem esse comportamento, um grande crescimento a ponto de chegar no topo em março, com esse arrefecimento, que está sendo bem lento”, analisa.

Segundo o pesquisador, os

fatores que levaram à queda lenta dos últimos meses são a diminuição do crédito, provocada pela alta taxa de juros, e a inflação.

Ao longo do primeiro semestre, a inflação oficial ficou acima da meta do governo (3%

ao ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos). O principal movimento do Banco Central para conter a inflação é esfriar a economia com a elevação da taxa de juros.

Santos enxerga também comportamentos positivos no semestre, como o nível de emprego e renda, que dá força ao consumo. Em junho, o Brasil atingiu taxa de desemprego de 5,8%, a menor já registrada pela série histórica do IBGE, iniciada em 2012, assim como recorde de rendimento do trabalhador.

A pesquisa de comércio do IBGE é realizada com empresas formalizadas com 20 ou mais funcionários.

No comércio varejista ampliado, que inclui atividades de atacado o indicador recuou 2,5% de maio para junho. No acumulado expandiu 2%.